



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenadora,
Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenadora

Este GT dá continuidade a um debate iniciado em 2015, que respondia a três distintas ordens de problemas: a dimensão política da dor, as técnicas de governo e a escrita etnográfica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes são esquecidos, sublimados e controlados, mas, todavia constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articulações entre técnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu viés analítico é o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como "dor", "sofrimento", "sofrer"; os desafios metodológicos como fazer etnografia de/em situações de sofrimento; e suas composições políticas - até onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaixão desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condição comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribuições que, independentemente de vínculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a forma política produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espaço à forma produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e populações governáveis. E, de outro lado, não se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de análise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

O enredo dos nervos: a escrita etnográfica da dor como estética das margens

Autoria: Everton de Oliveira

Desde sua virada modernista, como classificava Roy Wagner, a antropologia preocupa-se com o problema do "presente etnográfico", aquele efeito que situaria o etnógrafo no tempo daqueles com os quais, por alguns meses, convivia. Desde então, partilhar experiências com mulheres e homens que, por ventura, tornavam-se nossos interlocutores de pesquisa, transformou-se na pedra de toque do fazer etnográfico. Partindo dessa questão, busco analisar como a gramática da dor, que regia os modos de percepção do tempo em uma colônia alemã do sul do Brasil, possibilitou a composição de minha própria narrativa etnográfica. O work de campo foi realizado ao longo de 2015 e 2016, em São Martinho, uma colônia alemã da região da Encosta da Serra (RS), quando vivi em uma de suas vilas, a Vila dos Klein. Na colônia, falar sobre tempo era falar sobre sua relação com a dor, sobre os modos como se fala sobre a dor, assim como sobre os modos pelo qual se vive a dor, na relação cotidiana de seus moradores. Isso era sinteticamente categorizado como "sair de casa". Sair para se relacionar, na rotina da vila. Mas, fruto de muita dedicação, de muito "cuidado", a rotina não era certa. Dependia de uma boa economia do tempo, nesse cálculo alemão. Pois caso o tempo fosse por demais escasso, então a angústia se sobressaía ao agradável da vila. Homens e mulheres punham-se a ficar "nervosos", "depressivos", outros ainda "sofriam". De minha parte, foi exatamente isso que me permitiu viver a vila. Meus "nervos" acabaram abrindo-me aos "cuidados" de meus vizinhos e vizinhas, à sua atenção, a uma certa administração de palavras, movimentos e convívio para o qual eu era convidado a partilhar. Da parte de meus vizinhos, o silêncio muitas vezes surgia como possibilidade de lidar com o cotidiano, como sua gramática mais adequada. E aqui estava o problema. Essencialmente uma composição, a etnografia tende à violência em relação à experiência vivida, à partilha dos tempos, e à própria gramática da dor. O corpo do etnógrafo ou da etnógrafa se torna, aqui, uma situação nodal. Pois fruto ele mesmo dessa condição política de existência, ele se encontra situado sempre à margem de uma completude, em dores e angústias muitas vezes não significadas. A narrativa etnográfica se situava justamente nessa fissura sensível, da partilha da



dor, da partilha de um tempo. Tornava-se, assim, um ato indefinido de partilhas. Pois não houve, em meu caso, uma barreira ultrapassada que permitiu o acesso ao presente etnográfico ou à lógica elementar da experiência afetiva dos colonos: quando um mundo se faz pela gramática da dor, sua tendência à incompletude prolonga indefinidamente suas margens, da ética à estética. O que restava era partilhar, meu tempo, as margens de São Martinho, no enredo do meu nervoso.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**